



NEOLIBERALISMO INTENSIFICADO: O CASO ARGENTINO ENQUANTO REFERÊNCIA LATINO-AMERICANA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4038

Anderson Sabino da Silva - UEM

Meire Mathias – UEM

Resumo

Durante o ano de 1989, com o fim do período da Guerra Fria, ocorreram profundas alterações na política internacional, que geraram mudanças de cunho social, econômico, político e cultural. Estas alterações que estavam em curso há algumas décadas se intensificaram neste período, alimentando um novo ciclo expansionista do capitalismo em uma ação de alcance mundial, que teve como marca a disseminação de ideologias e políticas de cunho neoliberal, fortemente defendidas pelos Estados Unidos e pela Inglaterra. Políticas que favoreceram a concentração de capitais, bancos internacionais, investidores financeiros, mercantilização de várias esferas da vida, estratégias para a inserção de grandes corporações transnacionais em países periféricos e imposições de capital financeiro. Sob este prisma, a discussão teórica geral acerca do neoliberalismo enquanto *concepção de mundo* considera o pressuposto gramsciano de hegemonias em disputa. Neste sentido, o presente trabalho procura delinear as políticas neoliberais dos anos 90 até o período atual, a fim de evidenciar o processo neoliberal que se constitui na América Latina, considerando ritmo e intensidade de implementação e sustentação próprios nos diferentes países da região. No caso da Argentina, o processo neoliberalizante é contínuo desde o governo Menem até o atual Governo Macri, visto que, a ocorrência de determinados recuos estratégicos durante os governos Kirchners não significou rompimento com o referido modelo.

Palavras Chave:
Neoliberalismo; América Latina; Argentina; Gramsci; Hegemonia.

Introdução

Durante o ano de 1989, com o fim do período da Guerra Fria, ocorreram profundas alterações da política internacional. Após a desintegração do bloco socialista; o esgotamento dos partidos comunistas na Europa; no ápice da crise da dívida externa dos países latino-americanos; vimos ressurgir com novas roupagens no cenário mundial, velhas ideias liberais pautadas por uma visão clássica e monetarista dos problemas econômicos. A época, a leitura indevida sobre o fim da Guerra-Fria e advento de uma “nova ordem” mundial, difundiu a ideia de que uma das características da economia de mercado seria a horizontalidade na interdependência econômica, bastando aos Estados promover a abertura dos seus mercados para desfrutar os lucros gerados. Em virtude dos interesses privatistas, de classe, envolvidos, quis se fazer acreditar que os países passariam a competir em igualdade de condições, não obstante, o que vimos foi o oposto. Na medida em que se intensificou a internacionalização do capital, manteve-se a condição de dependência e subalternidade dos países latino-americanos na estrutura mundial de poder.

Como bem aponta David Harvey (2008), a transformação neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979, precisava ser instaurada por meios democráticos. Não por acaso, a ocorrência de uma mudança de tamanha proporção estabelecia a construção de um consenso político “num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. Aquilo que Gramsci denomina “senso comum” (definido como “o sentido sustentado em comum”) tipicamente fundamenta o consentimento. O senso comum é construído com base em práticas de longa data de socialização cultural que costumam fincar profundas raízes em tradições nacionais ou regionais. Não é o mesmo que bom senso, que pode ser

construído a partir do engajamento crítico com as questões do momento. Assim sendo, o senso comum pode ser profundamente enganoso, escamoteando ou obscurecendo problemas reais sob preconceitos culturais.” (HARVEY, 2008, p. 124)

A perspectiva neoliberal fortemente defendida pelos Estados Unidos da América e pela Inglaterra claramente favoreceu a concentração de capitais, os bancos internacionais, investidores financeiros, a mercantilização de várias esferas da vida, estratégias para a inserção de grandes corporações transnacionais em países periféricos e imposições de capital financeiro. O conjunto de mudanças serviu para reafirmar e acelerar divisões, intensificar polarizações, reafirmar posições de poder e desigualdades entre os Estados nacionais, bem como, assegurar a divisão das classes sociais no interior das nações e no ordenamento capitalista mundial. Assim, pode-se dizer que:

Todo este universo de transformações estruturais no sistema capitalista não foi resultado de um desenvolvimento espontâneo e autônomo das forças de mercado ou das imposições da tecnologia, mas, teve a ver, necessariamente, com o processo de competição interestatal e intercapitalista desencadeado desde o final da Segunda Guerra Mundial, quando se instalou a hegemonia norte-americana sobre o mundo capitalista. (SANTOS, 2007, p. 49)

Os EUA no pós-Guerra Fria, com o propósito de reafirmar e intensificar sua presença na América Latina, estabeleceram uma série de políticas e um discurso pró globalização, com o claro objetivo de promover reformas estruturais que tinham por propósito criar mecanismos para realizar a alteração nas relações sociais internas dos países e beneficiar desta forma os investidores externos, em detrimento dos setores populares e nacionalistas. Desta

forma, a abertura econômica nos países latinoamericanos foi para os EUA um mecanismo de inserção de suas empresas, produtos, operadoras financeiras, colocando estes países periféricos e suas economias nacionais em forte dependência das corporações transnacionais e financeiras. De maneira que:

As ideias neoliberais se apresentam como as “restauradoras” da ordem frente aos anos de ‘vício’ da política econômica, representados pelas políticas intervencionistas das mais diversas espécies. Dentro deste contexto de desenvolvimento do capitalismo mundial nos anos noventa, o fenômeno do neoliberalismo argentino parece não ser um caso isolado, mas antes, figurar, com suas particularidades próprias, no interior de um processo hegemônico mundial. (VADELL, 1997, p. 18)

A formulação das políticas econômicas neoliberais defendida fortemente pelos EUA, cria um campo de disputa, em que se estabelece uma hegemonia mundial. Na América Latina este processo não é diferente, a adoção do modelo neoliberal como política governamental se expande para diversos países, criando um modelo de disputa que se torna hegemônico e que tem na Argentina o seu principal representante.

Objetivos

Sob o prisma da discussão teórica geral acerca do neoliberalismo enquanto *concepção de mundo*, considerando o Estado enquanto objeto de crítica, constitui parte do nosso objetivo analisar o papel do Estado neste contexto. Toma-se por referência os apontamentos de

Harvey (2008) acerca do Estado neoliberal, que deve favorecer direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Assim sendo, faz parte do nosso objetivo, cotejar o processo de consolidação do neoliberalismo na América Latina, considerando ritmo e intensidade próprios nos diferentes países da região, com destaque à Argentina.

Resultados

Com o fim da Segunda Guerra Mundial se configura em uma realidade bipolar, e é neste modelo que o neoliberalismo se desenvolve, formulação que deriva das ideias do liberalismo econômico e do conservadorismo, e elaborado desde o início do século pela “Escola Austríaca” de economia, que tem como fundador Carl Menger, professor de economia da Universidade de Viena. Escola que tem como um expoente Ludwig von Mises¹, que define em três pontos os postulados que vão dar a sustentação para o pensamento de Von Hayek. Para Mises, em primeiro lugar a liberdade deve ser invisível e indissolúvel, e para alcançá-la como meta moral é indispensável a mais ampla liberdade econômica; no segundo ponto defende o liberalismo econômico a todo custo, pois existem apenas dois polos de opção: liberdade ou ditadura, onde a interferência do Estado na economia de mercado acarreta de forma gradual e inevitável a sua intervenção total na economia, e por fim no terceiro lugar a defesa de uma “lei de ferro” do liberalismo radical (VADELL, 1997).

Estes três princípios são para Hayek o que vai sustentar e orientar a ação de um governo “democrático²”, ou seja, é

¹ Um dos intelectuais mais destacados da “Escola Austríaca”, que em uma série de ensaios escritos ao final da década de quarenta, e que se encontrava radicado nos Estados Unidos, formula alguns postulados que prevalecerão como o eixo do pensamento neoliberal na maioria dos pensadores.

² Para Hayek, Democracia é, acima de tudo, um processo de formação da opinião. Sua principal vantagem não está no método de seleção dos governantes, mas no fato de que, como a maioria dos habitantes toma parte ativa na formação da opinião, conseqüentemente aqueles podem ser

necessário preservar e resguardar as forças espontâneas da sociedade, utilizando o aparato de coerção estatal somente em caso excepcionais. Desta forma assim como Mises, Hayek fazia a defesa de um neoliberalismo radical, o que não é posto em prática pelos governos mais conservadores como Grã-Bretanha e Estados Unidos, que optam pela adoção de um modelo de liberalismo econômico clássico, segundo Vadell (1997).

Outro expoente do neoliberalismo que tem sua ascensão na década de setenta é Milton Friedman, suas formulações imprimiam a ideia de que haveria de ter uma relação íntima entre economia e política, sendo que a última ocuparia um lugar secundário nesta relação, assim a liberdade econômica promoveria a liberdade política, pois separaria o poder econômico do político. De tal modo que o mercado, através do uso da liberdade econômica, abriria espaço para que ocorresse a redução do número de questões que deveriam ser decididas por meios políticos, desta forma as funções do governo seriam reduzidas. Assim quanto maior for a presença do mercado, menor será o número de decisões políticas que deverão ser tomadas, são pressupostos colocados em prática na América Latina, e fortemente na Argentina.

No caso argentino, Sidicaro (2011) aponta que as duas grandes forças políticas *el peronismo y la Unión Cívica Radical (UCR)* que mantinham a maior presença eleitoral desde a redemocratização da Argentina em 1983, ainda permaneciam com “*pálidos reflejos de lo que habían sido en sus mejores momentos.*” Especialmente na década de 90 os dois partidos criaram rupturas que geraram diferentes marcos ideológicos naquilo que era o cerne da

ideologia inicial de cada partido. Como exemplo desta forma de atuação foi o peronismo com viés neoliberal empregado por Carlos Menem, as políticas econômicas neoliberais implementadas pelo governo Menem e a ‘reforma de estado’, de acordo com Vadell (1997), provocaram a implementação de dois decretos que deram amplo direito ao Poder Executivo para decidir sobre privatizações de bens e empresas públicas, desregulamentação e corte de subsídios. Reforma que atende aos interesses dos setores conservadores da sociedade e de outros, vinculados a burguesia oligopólica, tendo como ideologia a tríade ideológica: 1- privatizações totais; 2- desregulamentação indiscriminada; e 3- completa abertura comercial.

As políticas menemistas, segundo Ferrer (2002) levaram o Estado para uma grave crise, pois ao mesmo passo que a estabilidade da moeda garantia um suposto cenário de crescimento, juntamente com o incremento fiscal obtido pela venda das empresas nacionais, viabilizou a expansão do gasto público, a demanda privada de consumo e investimento, a produção e ingresso de capitais, foi acompanhada por uma percepção de descrença acerca do futuro, de tal modo que:

O desemprego aberto, somado às ocupações informais de baixa produtividade, alcança atualmente dimensões sem precedentes. O mesmo sucede com a proporção da população em situação de pobreza. As remunerações médias na atividade manufatureira estão praticamente estancadas na última década e têm declinado para a maior parte da força de trabalho no conjunto da economia. A distribuição da riqueza e o ingresso

escolhidos entre grande número de pessoas. É possível admitir que a democracia não confia o poder aos mais sábios e mais bem informados e que as decisões de um governo de elite seriam talvez mais benéficas à comunidade; mas não quer dizer que devemos deixar de preferir a democracia. É em seus aspectos dinâmicos, e não em seus

aspectos estáticos, que se revela o valor da democracia. Os benefícios da democracia, assim como os da liberdade, só transparecem a longo prazo, e seus resultados imediatos podem até ser inferiores aos de outras formas de governo. (HAYEK, 1983, p. 119)

têm piorado nos últimos anos. A Argentina, que não se caracterizava por registrar péssimos índices de concentração de renda dentro da América Latina, está se aproximando daqueles países em pior situação nesta matéria. Os avanços em alguns setores têm sido acompanhados pela retração nas economias regionais e em multidões de pequenas e médias empresas. Deste modo, as mudanças estruturais registradas nos anos recentes tendem à formação de um sistema econômico e um mercado de trabalho fraturados: em um segmento prevalecem atividades de alta produtividade e crescimento; em outro, baixas dotações de capital e tecnologia e menores níveis de produção por pessoa ocupada. (FERRER, 2002, p. 43)

O modelo econômico adotado pela Argentina, que no início produziu um incremento na sua economia, entrou em colapso, as medidas de controle não surtiam mais efeito, o país gera uma dívida que não lhe permite investir, fator que contribui em grande escala para o aprofundamento da crise e da escalada dos índices de pobreza³.

Em função desta ineficácia do modelo neoliberal proposto durante o governo Menem, e em função da nova conjuntura argentina de grave crise e enorme aumento da pobreza, o nome de Néstor Kirchner com suas ideologias políticas advindas do peronismo, se apresenta como um novo viés para o cenário político argentino, as ideias/ideologias Kirchneristas buscam se colocar como uma alternativa de ruptura em vista do modelo que econômico que prevalecia na Argentina, se contrapõe ao modelo neoliberal adotado por Menem, que segundo Boron (2007), configura mais uma ruptura no âmbito discursivo, e que contradiz sua atuação como governador da província de Santa Cruz e

posteriormente como presidente, ou seja, em diversos pontos apresenta-se como uma continuidade das práticas neoliberais.

Para Boron (2007) não há dúvidas de que Néstor Kirchner, em alguns aspectos do seu estilo de governar, representa uma ruptura em relação aos seus antecessores. Como agente mobilizador de uma geração que esteve presente nas ruas nos anos 60, traz consigo uma bagagem política não muito presente na política latinoamericana. Neste sentido,

é preciso reconhecer que Kirchner soube capitalizar muito bem seu enfrentamento – muito mais verbal do que substantivo, mas ainda assim significativo – com os grandes monopólios, com as empresas privatizadas, com os opulentos burocratas do FMI e do Banco Mundial, com o governo norte-americano, com o agora e (felizmente) defunto governo de José M. Aznar e vários ministros do governo espanhol, além dos investidores estrangeiros. Tais atritos lhe granjearam as simpatias da imensa maioria da população, que detesta todos esses personagens, ligados em maior ou menor medida ao processo de pilhagem praticado contra a Argentina desde o final dos anos oitenta. (BORON, 2007, p. 17)

Ao apresentar a relação de Kirchner com Bush, Boron (2007) o coloca em um patamar de subordinação consentida, que mesmo que se diferencie das “relações carnisais” estabelecidas durante o período do governo Menem, e mostram elementos que considera preocupante na continuidade da relação com os EUA, descreve como uma atitude de “fria e distante circunspeção”, mas que mantém um alinhamento flexível com as grandes linhas da política externa norte-americana. Do mesmo modo que

³ Para saber mais, matéria do *La Nación: La economía que queda tras 10 años con Menem*. Disponível em: <<<http://www.lanacion.com.ar/158609-la->

[economia-que-queda-tras-10-anos-con-menem](http://www.lanacion.com.ar/158609-la-economia-que-queda-tras-10-anos-con-menem)>>. Acesso em: 03/08/2017.

determinadas atitudes de Néstor Kirchner como o discurso proferido na Cúpula Extraordinária de Presidentes das Américas, realizado em Monterrey no México, em janeiro de 2004, ou em sua aliança com Lula e Chávez na Cúpula de Presidentes de Mar del Plata, em novembro de 2005, em que se definiria o fim da ALCA, estas manifestações despertaram fortes manifestações do bloco de presidentes comandados por Washington. A atitude de Kirchner é um reflexo que vem como uma resposta,

as diversas pesquisas de opinião sobre a imagem e as expectativas dos argentinos em relação aos EUA indicam, com clareza, um elevado grau de animosidade popular diante dos líderes e instituições que mantêm vínculos mais estreitos com o FMI e o Banco Mundial. As investidas de Kirchner contras estas instituições suscitam fortes simpatias em amplos setores sociais. Por outro lado, os furiosos ataques da direita argentina, tristemente célebre por sua visceral intolerância diante de qualquer sinal de progressismo, por mais tímido que seja, afastaram-na de Kirchner. Mas, para lhe fazer justiça, cabe também recordar que, em assuntos alheios ao duro terreno da economia, a gestão de Kirchner não se limitou ao plano retórico, sendo ratificada com feitos concretos e positivos que merecem o nosso aplauso. (BORON, 2007, p. 18)

Este distanciamento do FMI e por conseguinte dos EUA, (VADELL, 2006) é fruto das mudanças que ocorreram na estrutura política internacional nos anos 90, com o enfraquecimento do modelo neoliberal, somado aos ataques de 11 de Setembro de 2001, colocando a Argentina e as políticas de Néstor Kirchner em uma situação favorável. Segundo o autor os Estados que não se encontravam envolvidos nas “novas” ameaças terroristas, ganharam margem de manobra ou uma autonomia relativa, visto que no âmbito da geopolítica os EUA

estavam preocupados em manter como prioridade a segurança e neste sentido a América Latina não era uma região de preocupação. Em outro ponto destaca-se neste período um crescimento sincronizado da economia mundial, que nos países em desenvolvimento os números são mais expressivos. Destaca-se também que consegue a aprovação do Congresso argentino para quitar a dívida com o FMI, inclusive com a utilização das reservas do Banco Central. Diante destas condições estruturais,

no caso da Argentina, o que aparece como o ressurgir do Estado-nacional, após as mostras de fragilidade do modelo econômico neoliberal, se apresenta como um conjunto de respostas pragmáticas face à globalização financeira e às frustrações desse modelo de desenvolvimento liberalizante. Essa resposta se produz num duplo plano: no plano nacional (doméstico) e no plano sub-regional. Ambas requerem arranjos políticos e alianças de classe diferentes daquelas que aplicaram e sustentaram as reformas liberalizantes nos anos 90. (VADELL, 2006, p. 210)

Contudo, mesmo com a aplicação de um plano nacional e sub-regional, que possibilitasse o desenvolvimento interno e externo no uso das políticas econômicas, na defesa da região juntamente com os demais países do Cone Sul em prol de uma política sem os contornos neoliberal dos anos 90, não mantinha a desvinculação do mesmo modelo que se caracteriza a década de 90, - é claro que substancialmente em menor grau - mas como os mesmos princípios - nas palavras de Boron (2007):

Kirchner falou da necessidade de implantar na Argentina um capitalismo “sério”, “nacional” e “inteligente”, adjetivos que supostamente fariam o milagre de converter um regime baseado na exploração do trabalho assalariado

em uma fraternal comunidade igualitária. Por outro lado, o capitalismo que não seria sério, isto é, aquele “risonho”, “irresponsável”, “dos amigos” (crony capitalism), transnacionalizado e torpe, em vez de inteligente, produziu esplêndidos resultados para os capitalistas, com taxas exorbitantes de lucros e a garantia de privilégios extraordinários que nenhum burguês “sério” consideraria abandonar, por mais que o presidente aconselhasse. Como convencer os dez por cento mais ricos da Argentina – e cujos proventos em 2003 foram 53 vezes superiores em relação aos dez por cento mais pobres – que é urgente e necessário tornar o capitalismo mais “sério”, para evitar semelhantes injustiças? O mais provável é que a pessoa em questão considere “pouco séria” a preocupação presidencial com a “seriedade” de um capitalismo que produz tão magníficos resultados. (BORON, 2007, p. 20)

A sujeição às medidas impostas do consenso de Washington, a liberalização econômica e todo o processo neoliberal pelo qual passou a Argentina, para Boron (2007) ainda permanece, pois mesmo com um modelo político mais “brando” em relação as reformas ou associação com os grupos capitalistas, mantem-se em sua estrutura um conjunto semelhante ao menemista, assim:

não surpreende constatar que os “ganhadores” e os “perdedores” das políticas econômicas do Kirchnerismo sejam hoje praticamente os mesmos do governo de Menem e do efêmero governo da Aliança. Entre os primeiros sobressaem as empresas privatizadas e alguns monopólios que controlam desde a exportação de bens altamente rentáveis – como o petróleo, o gás, a soja e seus derivados, favorecidos pela manutenção da política cambial – até a provisão de serviços não-

comercializáveis no mercado interno, aproveitando os subsídios e as vantagens estabelecidas pelo governo, e o fornecimento de bens manufaturados de diversos tipos protegidos eficazmente da competição externa pela desvalorização da moeda local. Trata-se, em suma, dos oligopólios estrangeiros que se apoderaram dos setores estratégicos da economia nos anos noventa, aos quais se unem os setores mais concentrados do capital nacional – especialmente aqueles vinculados às exportações agropecuárias e alguns poucos no setor industrial – e a oligarquia financeira e rentista, todos os beneficiados pelo tipo de câmbio, a eliminação dos direitos trabalhistas, e a falta de proteção dos usuários e consumidores. Os “perdedores” do modelo não se surpreendem e são os mesmos de sempre: os trabalhadores, as camadas médias empobrecidas, e essa imensa massa que, como recordamos acima, Frei Betto denominou de modo apropriado como o “pobretariado”, que inclui amplos contingentes da população condenados ao desemprego crônico, à exclusão social e à pobreza. Pessoas que já perderam a capacidade de sentir qualquer esperança diante do capitalismo, seja ele sério ou risonho. (BORON, 2007, p. 20)

Conforme Braga (2016), é visível que após a crise que 2002, as taxas de emprego diminuíram, mas afirma que este fator se deve mais as “maquiagens institucionais e estatais” do que de fato por uma redução dos níveis das taxas de desemprego; aponta que grande parte destas taxas foram encobertas pela criação de diversos postos de trabalho altamente precarizados e/ou subemprego, ou seja, a realidade não difere do que estava posto no ano de 2002. Portanto mesmo com a alteração de governo em 2003 com a inclusão de políticas que se “diferenciavam” do modelo neoliberal adotado por Menem, no conjunto o modelo de exploração das classes

trabalhadoras é contínuo.

Considerações Finais

Nesta comunicação, de modo conciso, se buscou apresentar o *neoliberalismo* enquanto *concepção de mundo* consolidada a partir dos anos de 1990. Assim sendo, ressaltamos que esse processo se edifica a partir de determinados fundamentos teóricos, que consolida um determinado pensamento político, bem como, reflete a especificidade de um projeto político-econômico, de caráter pragmático, que atribui ao Estado um papel específico.

Referências

- BORON, Atílio A. Néstor Kirchner e as desventuras da "centro-esquerda" na Argentina. *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 17/18, jan. / jun. 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18629>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- BRAGA, Lisandro Rodrigues de Almeida. Repressão estatal e capital comunicacional o bloco dominante e a criminalização do movimento piqueteiro na Argentina. 2016. 310 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- FERRER, Aldo. Argentina, *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 16, n. 44, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9847/11419>>. Acesso em: 13 nov. 2016.
- HAYEK, Friedrich August. *O caminho da servidão*. Instituto Ludwig von Mises, 1977.
- HARVEY, David. O NEOLIBERALISMO: história e implicações. (Tradução Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves) São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MATHIAS, Meire. Inserção internacional do Brasil Contemporâneo: o pêndulo das mudanças, *Aurora*, Marília, v.6, n.1, jul. /dez, 2012. Disponível em:<<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2702>>. Acesso em: 11 abr. 2016.
- SANTOS, Marcelo. *O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria*. 1ªed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007. 256p.
- SIDICARO, Ricardo. El partido peronista y los gobiernos kirchneristas. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, v. 234, jul. / ago. 2011. Disponível em:<<http://nuso.org/articulo/el-partidoperonista-y-los-gobiernos-kirchneristas/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.
- SILVA, Roberta Rodrigues Marques da. A Argentina entre as reformas econômicas neoliberais e a redefinição das negociações com o FMI (1989-2007). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 17, n. 33, jun. 2009. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23814276003>>. Acesso em: 18 jul. 2017.
- VADELL, J. A.A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Rev. bras. polít. int*, Rio de Janeiro, vol.49, n.1, p. 194-214, mar. / jun. 2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292006000100011&script=sci_abstract&tlng=p t>. Acesso em: 20 fev. 2017.